

A saúde pede socorro

29 JAN 1994

PAULO MANDARINO

JORNAL DE BRASÍLIA

Como sucessora da Fundação Sesp e da Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (Sucam), a Fundação Nacional de Saúde (FNS) vem arcando com o ônus da falta de recursos e das mazelas causadas pelo desmantelamento do setor de saúde pública a partir do governo Collor, com a sua desastrada reforma administrativa.

O retrocesso nas campanhas de combate às endemias e a situação de penúria das 850 unidades de saúde mantidas pela FNS são um exemplo do descalabro com que a área de saúde vem sendo tratada nos últimos anos.

Para agravar esse quadro, a proposta orçamentária do Ministério da Saúde, para 1994, em tramitação no Congresso Nacional, sofreu um corte de 40%, passando de 15 para 9 bilhões de dólares numa imposição da área econômica do Governo, quantia subitamente insuficiente para custear sequer os programas básicos do setor de saúde.

Se a área de saúde está efetivamente entre as prioridades do Governo, prioridade prevista na própria Constituição Federal e na Lei Orgânica de Saúde, não faz qualquer sentido esse mesmo Governo propor corte tão exagerado no orçamento daquele ministério, quando existem inúmeras outras áreas que podem ser sacrificadas em favor da saúde pública.

Dentre as prioridades está o programa de descentralização dos serviços de saúde, que deveria repassar este ano 50% de suas atividades para estados e municípios. Entretanto, como implementar esse programa, se o Ministério da Saúde não disporá de recursos suficientes para a contrapartida federal, conforme prevê a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS)?

Se o Congresso Nacional não rever esses cortes, elevando os recursos da área da saúde para algo em torno de 12 bilhões de dólares, o ministério ficará obrigado a cortar importantes investimentos nas obras de saneamento básico, sistemas de abastecimento de água e sistema de destinação de dejetos.

Diante do quadro de descalabro e penúria em que se encontra a saúde pública no País, o que o Congresso deve fazer, com a máxima urgência, é apoiar organismos como a Fundação Nacional de Saúde, contribuindo para a municipalização dos serviços de saúde e ampliando o sistema de medicina preventiva. Espero que o Governo promova a reestruturação da fundação, nos moldes da antiga Sucam, contratando pessoal, ampliando a frota de veículos e equipamentos, adquirindo mais medicamentos e inseticidas para que ela possa retomar o combate às endemias que ameaçam a sociedade brasileira, principalmente na zona rural e nos bairros pobres das periferias urbanas.

A fundação vem sendo desmantelada desde o governo Collor e as consequências disso têm sido a urbanização da malária, o recrudescimento da dengue e da febre amarela, paralisação de programas como o de combate à doença de Chagas, além do estado de penúria das unidades de saúde da antiga Fundação Sesp.

No momento em que se discute na Câmara dos Deputados a reformulação do orçamento da União, o Congresso não pode se colocar como algoz da saúde pública. Pelo contrário, deve se empenhar para reduzir os cortes propostos pelo Ministério da Fazenda para que a área da saúde mereça efetivamente a prioridade que lhe é devida e reclamada pela sociedade.

■ Paulo Mandarino é economista e deputado federal (PPR-GO)